

**COMITÊ BRASILEIRO DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO
(CBTC)****ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Identificação da Reunião

Página 1 de 8

Número/Ano: 06/2016	Data: 17/06/2016
Início: 14 h	Término: 17 h
Local: Sede da FIRJAN	

PARTICIPANTES

NOME	ENTIDADE
Alex Sandro Malaquias	Inmetro
Alice Baldan Fetter	Inmetro
Ana Letícia Sampaio	Inmetro
Andréa A. Cid	Inmetro
Andrea Queiroz	Inmetro
Andreia Costa Vieira	FGV
Anna Camboim	Inmetro
Bruno Youssef Lima	FIESP
Camila Zelezoglo	ABIT
Cammilla Horta Gomes	Anvisa
Claudia Teixeira dos Santos	Firjan
Diego Pizetta	Inmetro
Eder da Silva	ABIQUIM
Eduardo São Thiago	ABNT
Eliane Fontes	Especialista
Fabiano Yaksic	ABINEE
Fernando Saboya de Castro	Firjan
Flávia Alves	Inmetro
Gabriella Calixto Nicacio	Inmetro
Gustavo Adolfo Vasconcellos	Anvisa
Ivo Bucaresky	Anvisa
João Terra	MRE
Joelma Frazão	Inmetro
Jorge Cruz	Inmetro
Juliana Pires	MDIC
Karla Borges	BLSA - Advogados
Kauê Bittencourt de Carvalho	ABIMAQ
Leandro Ismael Salles	CNI
Leocir Bottega	IBRAVIN
Ligia Dutra Silva	Apex
Maria Manuela Santos	Inmetro
Mariana Rebello Pereira	Anvisa
Mariana Reis de S. Freitas	Inmetro
Paula Alejandra Granada	Estudante
Paulo Venturelli	Inmetro
Rafael Vinicius Lima	Inmetro
Reinaldo Wacha	Inmetro
Rita Capra Vieira	ANP

Roberto Kanitz	UNO
Rodrigo Amorim Duque	Estudante
Saulo Nogueira	UNO
Sergio Azeredo da S. Jordão	Estudante
Soraya	CNI
Sulamita Bushatsky	Inmetro
Vanessa Mendes	ABNT
Vera Thorstensen	FGV

AGENDA

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da reunião de fevereiro de 2016;
3. Convergência Regulatória: Atuação da Anvisa - Camilla Horta Gomes / Anvisa;
4. Projeto sobre Coerência e Convergência Regulatória - Prof.^a Vera Thorstensen / FGV e CBTC;
5. Atuação da CNI na área das Barreiras Técnicas às Exportações - Soraya Rosar / CNI;
6. Padrões Privados e a OMC - Andreia Costa Vieira / FGV e Professora na Universidade Católica de Santos;
7. Outros assuntos.

1. Abertura

A Presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), Vera Thorstensen, abriu a reunião iniciada às 14 h 00 min agradecendo a Firjan pelo espaço e ressaltando o tema de regulação, coerência e convergência regulatória como ênfase da nova fase da OMC. Jorge Cruz, Secretário Executivo do CBTC e Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Inmetro, deu boas vindas a todos, salientou a importância do tema coerência e convergência regulatória e apontou os grupos de trabalho responsáveis pelas discussões dessa temática com os Estados Unidos e México.

2. Aprovação da ata da reunião de fevereiro de 2016

Vera Thorstensen apresentou a pauta da reunião. Sobre a ata da reunião passada foi decidido aprovar e observações devem ser enviadas a posteriori por e-mail.

Posteriormente Vera Thorstensen solicitou a todos que se apresentassem e convidou a Sra. Cammilla Horta Gomes, da Anvisa, a realizar sua apresentação.

3. Convergência Regulatória: Atuação da Anvisa

Cammilla Gomes, da Anvisa, abordou, em sua apresentação, os conceitos de convergência regulatória e de harmonização, sob o ponto de vista da Agência, a atuação da Anvisa junto a fóruns internacionais que tratam destes temas, bem como atividades na área de cooperação regulatória internacional e a visão sobre como estas atividades servem de apoio às empresas brasileiras.

Cammilla Gomes apresentou os conceitos de harmonização e convergência regulatória, em que a convergência seria uma evolução de harmonização, ressaltou a importância de respeitar as especificidades de cada país e citou o Mercosul como um exemplo de harmonização. Além disso, comentou que a convergência é um consenso de base técnica e científica que oferece liberdade para a adoção de padrões regulatórios diferentes, mas convergentes, favorecendo um fluxo comercial entre os países, entretanto, não presumindo o reconhecimento mútuo de decisões. Apresentou também os benefícios da convergência regulatória, como a diminuição de custo, aproximação dos atores e promoção de desenvolvimento industrial. Em seguida, apresentou os fóruns internacionais estratégicos para a atuação sanitária e as características de cada um. Relatou os acordos bilaterais entre a Anvisa e demais autoridades regulatórias de outros países, projetos de cooperação, áreas de capacitação e troca de conhecimento entre parceiros.

Por fim mostrou três iniciativas que têm por objetivo apoiar a internacionalização das empresas reguladas pela Anvisa: o acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), com o objetivo de promoção comercial; o programa de

intercâmbio regulatório de capacitação internacional e também, os diálogos regulatórios internacionais. Camilla Gomes finalizou ressaltando a importância do movimento de promoção de parcerias que apoiam o amadurecimento e a participação qualificada nas discussões de referências normativas internacionais, com o objetivo de melhorar a qualidade e diminuir os custos dos produtos ofertados nacionalmente, e também, promover o acesso de empresas nacionais a mercados com diferentes complexidades.

4. Projeto sobre Coerência e Convergência Regulatória

Vera Thorstensen deu continuidade ao assunto abordado na apresentação anterior e informou o início da realização de uma pesquisa acadêmica, em parceria com a CAMEX, sobre os conceitos de coerência e convergência regulatória e seus impactos no comércio internacional. Revelou sua preocupação com o modelo jurídico dos Estados Unidos e Europa e, também, fez um questionamento sobre quais os padrões seguidos pelos setores em sua produção e se isso representa custos que impossibilitem a exportação.

Ivo Bucaresky, da Anvisa, comentou que o principal ponto de intervenção da agência é na área de farmacêuticos e produtos para a saúde, principalmente em relação a convergência e harmonização. Comentou também o contexto do mundo de agências de regulação sanitária, em que os Estados Unidos e Europa são os principais modelos seguidos pelos países. Explicou que o modelo de saúde europeu é basicamente público, o modelo dos Estados Unidos é privado e o brasileiro é misto, em que temos o maior sistema de saúde pública do mundo e também um grande sistema privado. Em relação aos padrões privados, explicou que a Europa não aceita esses padrões na área farmacêutica, e os produtos registrados no Brasil são aceitos no mercado europeu.

5. Atuação da CNI na área das Barreiras Técnicas às Exportações

Soraya Rosar, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), iniciou sua apresentação relatando o que tem sido trabalhado na CNI em relação a barreiras não tarifárias, em especial as pesquisas sobre competitividade e entraves às exportações brasileiras, realizadas de quatro

em quatro anos. Apresentou gráficos com os principais entraves e o quanto a questão de barreiras técnicas foi crescendo.

Apresentou o trabalho que está sendo feito de sensibilização da indústria em todo país, e que deverá ser criado um grupo de trabalho com as associações para lidar com as questões de entraves às exportações, tanto nacionais quanto internacionais. Apresentou também propostas específicas que levariam a uma atuação mais detalhada nessa questão de barreiras, que em primeiro seria a criação de um sistema de identificação de barreiras, criação de um banco de dados eletrônico em que todas as empresas, associações e governos pudessem trabalhar em cima. Explicou que a SECEX também tem um projeto sobre os mesmos assuntos abordados e, portanto, a CNI está apoiando todo o trabalho.

Na ocasião, Jorge Cruz ressaltou o sistema do Inmetro para identificação de barreiras técnicas, o Alerta Exportador, e colocou à disposição para cooperar com os projetos da CNI.

A segunda proposta da CNI seria a criação de um mecanismo de investigação sobre barreiras, onde a empresa que se sentisse afetada pudesse dar início a um procedimento formal de questionamento, via Itamaraty.

A terceira proposta seria a criação de adidos de indústria e comércio nas embaixadas, nos mesmos moldes dos adidos de agricultura.

E por último, o fortalecimento da área de contenciosos do Itamaraty, ressaltando, no final, o trabalho desenvolvido em parceria com a UNO Trade.

Vera Thorstensen questionou o representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o que está sendo feito em relação aos padrões privados. O representante João Terra, do MRE, explicou que há um problema cultural nas empresas brasileiras de não perceber a barreira no exterior, o que se refletiu na pesquisa realizada pela CNI. Comentou que já há mecanismos eficientes para se superar estas barreiras, mas é necessário que as empresas denunciem a existências das mesmas. Diego Pizetta, do Inmetro, complementou informando que os países que mais levantam casos sobre barreiras técnicas são os Estados Unidos e União Europeia, e

que é importante analisar o porquê esses países levantam tantos casos. Informou que a União Europeia tem uma estrutura robusta, com muitos advogados trabalhando no ponto focal para fazer o levantamento dos casos, enquanto nos Estados Unidos, tem uma estrutura composta por entidades da iniciativa privada. Informou também que o Brasil é um dos dez países que mais é demandado, pelas estatísticas da OMC, mas também está no ranking dos dez que mais demandam em termos de apresentação de preocupações comerciais específicas junto ao Comitê TBT da OMC. Soraya Rosar, da CNI, comentou que falta conhecimento por parte de empresas sobre a atuação do Inmetro nesta área.

Juliana Pires, do MDIC, aproveitou para ressaltar a importância do CBTC para tratar do tema barreiras técnicas, porém destacou a importância de receber e ter subsídios técnicos de barreiras impostas por outros países para que possam ser negociadas nas reuniões na OMC.

6. Padrões Privados e a OMC

Andreia Vieira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Católica de Santos, iniciou sua apresentação explicando sua formação, área de atuação, fez um breve resumo do conteúdo que seria apresentado e comentou que padrões privados é uma temática de pesquisa nos últimos dois anos, conjuntamente com barreiras regulatórias como um todo. Explicou o que são padrões privados e que estes são criados por entidades privadas, sendo ou não direcionados ao lucro, e que em tese, não são obrigatórios. Além disso, mostrou os selos mais utilizados, tanto no Brasil quanto internacionalmente, dando ênfase na área de agricultura e produtos orgânicos. Relatou o aumento da consciência do consumidor em relação aos processos de produção, proliferação de marcas e a necessidade de diferenciação dos produtos.

Explicou que o maior problema dos padrões privados é que eles têm se tornado de fato, obrigatórios, e com isso, o pequeno fornecedor e também países menos desenvolvidos, são deixados de lado.

Por conseguinte, apresentou o Código de Boas Condutas, no Anexo 3 do Acordo TBT. Este anexo apresenta questões sobre a preparação e adoção de normas, bem como a participação aberta para organismos centrais governamentais, organismos regionais governamentais e

também organismos não governamentais, e é neste ponto que se pode questionar a criação dos padrões privados dentro do âmbito da OMC, pois estes deveriam também seguir o Código de Boas Condutas.

Andreia Costa Vieira também explicou que o Artigo 4º do Acordo TBT lança uma ordem direta aos membros ao dizer que os mesmos devem assegurar que os organismos não governamentais em seu território também observem o Código de Boas Condutas.

Vera Thorstensen salientou a importância de trabalhar o tema de padrões privados. Eliane Fontes, Especialista em Comércio Exterior, comentou que este tema deveria ser mais formalmente discutido por entidades do governo brasileiro, e não apenas na área de TBT, visando abrir o mercado para produtos brasileiros.

João Terra, do MRE, finalizou comentando que há grande interesse de levar este assunto à frente, mas que é necessário que haja um caso concreto para ser estudado.

Ligia Dutra, da APEX, comentou a política europeia de subsídios aos produtos agrícolas. Destacou os programas da APEX que visam ajudar as empresas brasileiras no processo de exportação.

Bruno Youssef, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), comentou da importância da conscientização de todos os atores envolvidos no apoio às empresas brasileiras, da necessidade de capacitar essas empresas no processo de exportação, de disseminar informações sobre padrões privados, bem como de fomentar a cultura de comércio exterior e promover ações de convergência regulatória. Diego Pizetta concordou com os comentários feitos e agradeceu a parceria da FIESP nas atividades de identificação e superação das barreiras técnicas.

7. Outros assuntos

Vera Thorstensen convidou os representantes da APEX, Anvisa, Inmetro (acreditação) e Abiquim para realizarem apresentações na próxima reunião do CBTC. Acordou com todos os presentes de realizar a próxima reunião em São Paulo, na FIESP.



Jorge Cruz agradeceu a presença de todos, elogiou todas as apresentações feitas e finalizou a reunião.

Próxima Reunião:

Data: 27/10/2016

Horário: a definir

Local: FIESP - São Paulo